

EMENDA Nº – PLEN (SUBSTITUTIVO)

(ao PLS nº 206, de 2017)

Senador Ronaldo Caiado

Dê-se ao Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2017, a seguinte redação:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), proibir a propaganda eleitoral paga no rádio e na televisão, e restringir o horário eleitoral gratuito aos canais de rádio e de televisão de responsabilidade do poder público.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), a propaganda eleitoral no rádio e na televisão e o horário eleitoral gratuito, alterando a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).

Art. 2º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC

“Art. 16-C. O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) é constituído por:

I – dotações orçamentárias da União, em valor ao menos equivalente ao definido pelo Tribunal Superior Eleitoral, a cada eleição, com base nos parâmetros definidos em lei; e

II - multas e penalidades pecuniárias aplicadas aos Partidos Políticos nos termos do Código Eleitoral e leis conexas.

§ 1º Em ano eleitoral, a lei orçamentária respectiva e seus créditos adicionais incluirão dotação, em rubrica própria, destinada ao financiamento de campanhas eleitorais, dos valores definidos no



inciso I, consignada ao Tribunal Superior Eleitoral, no anexo da lei orçamentária correspondente ao Poder Judiciário.

§ 2º O Tesouro Nacional depositará os recursos no Banco do Brasil, em conta especial à disposição do Tribunal Superior Eleitoral, até o primeiro dia útil do mês de junho do ano do pleito.

§ 3º Nos quinze dias subsequentes ao depósito, o Tribunal Superior Eleitoral:

I – divulgará o montante de recursos disponíveis no Fundo Eleitoral; e

II – reservará dez por cento desse montante para utilização no segundo turno.

§ 4º Os recursos de que trata o inciso I do § 3º deste artigo serão distribuídos conforme os seguintes critérios:

I – um por cento dividido igualmente entre todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;

II – quatorze por cento divididos igualmente entre os partidos com representação na Câmara dos Deputados;

III – oitenta e cinco por cento divididos entre os partidos, proporcionalmente ao número de Deputados Federais.

§ 5º A proporcionalidade a que se refere o inciso III do § 4º será aferida ao final do prazo previsto no inciso III do parágrafo único do art. 22-A, da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

§ 6º Até o dia 5 de agosto o Tribunal Superior Eleitoral fará a distribuição dos recursos aos órgãos de direção nacional, estaduais, distritais e municipais dos partidos políticos, na forma do § 4º, nas circunscrições eleitorais em que o partido tenha apresentado candidato.

§ 7º Nas eleições presidenciais, federais e estaduais, os recursos destinados a cada partido na forma do § 4º deverão ser distribuídos conforme os seguintes critérios:

I – os órgãos de direção nacional dos partidos reservarão, para custeio das campanhas eleitorais, vinte por cento dos recursos, quando o partido tiver candidato próprio a Presidente da República, e dez por cento dos recursos, quando o partido não tiver candidato próprio a Presidente da República, mas integrar coligação partidária;

II – os recursos restantes serão distribuídos entre os órgãos de direção regionais, dois terços na proporção do número de eleitores de cada Estado e um terço na proporção dos Deputados Federais eleitos pelo partido na bancada dos Estados e do Distrito Federal;

III – os órgãos de direção regionais deverão reservar:

a) ao menos vinte por cento dos recursos para a campanha do candidato a Governador quando tiver candidato próprio, ou dez por cento quando o partido não tiver candidato próprio a Governador, mas integrar coligação partidária; e



b) dez por cento para a campanha dos candidatos ao Senado Federal.

§ 8º O partido que não apresente candidatura às eleições majoritárias pode aplicar os recursos destinados a esse fim nas candidaturas às eleições proporcionais.

§ 9º Nas eleições municipais, os recursos destinados a cada partido na forma do § 4º deverão ser distribuídos conforme os seguintes critérios:

I – dez por cento dos recursos serão destinados os órgãos de direção nacionais de cada partido para sua administração direta;

II – noventa por cento restantes distribuídos aos órgãos de direção regionais, conforme os critérios definidos no inciso II do § 7º deste artigo; e

III – após a distribuição de que trata o inciso II deste parágrafo, os órgãos de direção regionais dos partidos políticos reservarão dez por cento dos recursos para sua administração direta e o restante será distribuído entre os órgãos de direção municipais, setenta por cento na proporção do número de eleitores do município e trinta por cento na proporção do número de vereadores eleitos pelo partido no município em relação ao número de vereadores eleitos pelo partido no Estado.

§ 10. Nos locais em que houver segundo turno, os recursos reservados na forma do inciso II do § 3º serão distribuídos da seguinte forma:

I – nas eleições para Presidente da República e Governador, trinta por cento dos recursos será destinado à eleição presidencial e setenta por cento dos recursos será destinado aos candidatos a governador que disputarem o segundo turno, proporcionalmente ao número de eleitores de cada Estado participante do pleito.

II – nas eleições para Prefeito, os recursos serão destinados aos candidatos participantes do segundo turno, proporcionalmente ao número de eleitores de cada município participante do pleito.”

“Art. 36.....

§ 2º Não será permitida qualquer propaganda política paga no rádio e na televisão

.....”(NR)

“Art. 44. A propaganda eleitoral gratuita, nos termos definidos por esta lei, será veiculada exclusivamente por emissoras



sob responsabilidade do poder público e pelos canais de distribuição obrigatória relacionados nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 32 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

.....” (NR)

“**Art. 47.** As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 44 reservarão, nos trinta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.

.....

§ 8º As mídias com as gravações da propaganda eleitoral no rádio e na televisão serão entregues às emissoras de rádio e de televisão mencionadas no art. 44, inclusive nos sábados, domingos e feriados, com a antecedência mínima:

.....” (NR)

“**Art. 49.** Se houver segundo turno, as emissoras de rádio e televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 44 reservarão, a partir de 48 horas da proclamação dos resultados do primeiro turno, até a antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação da propaganda eleitoral gratuita, dividido em dois períodos diários, de vinte minutos para cada eleição, iniciando-se às sete e às doze horas no rádio e às treze e às vinte horas e trinta minutos, na televisão.

.....”(NR)

“**Art. 51.** Durante os períodos previstos nos arts. 47 e 49, as emissoras de rádio e televisão e os canais por assinatura mencionados no art. 44 reservarão, ainda, setenta minutos diários para a propaganda eleitoral gratuita, a serem usados em inserções de trinta e sessenta segundos, a critério do respectivo partido ou coligação, assinadas obrigatoriamente pelo partido ou coligação, e distribuídas, ao longo da programação veiculada entre as cinco e as vinte quatro horas, nos termos do § 2º do art. 47, obedecido o seguinte:

.....”(NR)

“**Art. 99.** As emissoras comerciais de rádio e televisão terão direito a compensação fiscal sempre que houver cessão de horário gratuito para propaganda partidária e eleitoral, observado, quando for o caso, o disposto do art. 8º-A da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.



SF/17933.22693-31

§ 1º O direito à compensação fiscal a que se refere o *caput* observará os seguintes critérios:

.....” (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, é acrescida do seguinte art. 8º-A:

“Art. 8º-A. As emissoras comerciais de rádio, as emissoras de televisão que operam em VHF e UHF, e os canais de distribuição obrigatória relacionados nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 32 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, reservarão, nos trinta e cinco dias anteriores à realização de plebiscito e de referendo, trinta minutos diários para a divulgação gratuita de propaganda favorável e contrária à matéria objeto do escrutínio.”

Art. 4º O valor a ser definido pelo Tribunal Superior Eleitoral, para os fins do inciso I do *caput* do art. 16-C da Lei nº 9.504, de 1997, será equivalente à compensação fiscal que as emissoras comerciais de rádio e televisão receberam pela divulgação de propaganda eleitoral nas eleições gerais imediatamente anteriores à publicação desta Lei somada à compensação fiscal referente à última propaganda partidária efetuada antes da publicação desta Lei, atualizado, monetariamente, a cada eleição, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou por índice que o substituir.

Art. 5º São revogados o § 3º do art. 44, o inciso III, do art. 45, o art. 48, o § 9º do art. 47 e os arts. 56 e 57 da Lei nº 9.504, de 1997, bem como o inciso I do art. 38, o § 2º do art. 40 e os arts. 45, 46, 47, 48 e 49 da Lei nº 9.096, de 1995.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O PLS nº 206, de 2017, é meritório e sua aprovação permitirá equacionar o problema do financiamento das campanhas eleitorais.

Impõem-se, tão somente, alguns ajustes no texto da proposição, razão pela qual ofereço a presente emenda substitutiva. Em primeiro lugar, é necessário separar a sua parte permanente da transitória, sem alteração de



SF/17933.22693-31

mérito. Em segundo lugar, considero pertinente, para fins de divulgação das alterações havidas na Lei, fazer seguir o nome do Fundo criado de sua sigla correspondente. Em terceiro lugar, proponho substituir a expressão “diretório” pela expressão “órgãos de direção”, mais abrangente, visto que inclui as Comissões Provisórias, que respondem pelos partidos políticos em grande parte dos Estados e Municípios.

Em quarto lugar, proponho alterar a redação do art. 43-A, de maneira a excluir expressamente a compensação fiscal das disposições referentes à propaganda gratuita aplicáveis à propaganda paga no rádio e na televisão. Não cabe, evidentemente, compensação fiscal quando o tempo é vendido pelo preço de mercado. Em quinto lugar, a bem da clareza, proponho inserir a previsão de cedência de tempo para divulgação de propaganda gratuita nos casos de plebiscito e referendo na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, que disciplina a matéria.

Proponho ainda, em sexto lugar, restabelecer, em boa parte, a redação vigente do art. 99 da Lei nº 9.504, de 1997. Conforme o texto proposto, não haverá, em hipótese alguma, cedência de tempo para propaganda eleitoral gratuita sem a devida contrapartida em termos de compensação fiscal.

A sétima modificação que defendo reduz os percentuais a serem utilizados no segundo turno, de 20 para 10 % do total de recursos, bem como os percentuais destinados aos órgãos de direção nacional, estadual e municipal, nos casos de haver ou não candidatos do partido para os cargos majoritários. Entendo que as eleições proporcionais, que concentram um maior número de candidatos, devem dispor de mais recursos que aqueles previstos inicialmente no projeto para custear suas campanhas. Proponho ainda reverter os recursos para os candidatos às eleições proporcionais no caso de não haver candidatura às eleições majoritárias, assim como restringir a distribuição dos recursos às circunscrições eleitorais em que o partido tenha apresentado candidatos ao pleito.

Proponho também, em que pese o avanço que representaria em termos de pedagogia de participação democrática para o cidadão brasileiro, a retirada dos dispositivos que tratam da destinação, por parte do cidadão, da cota parte ideal que lhe caberia do total dos recursos do Fundo para o partido e candidato de sua preferência. Apresento essa proposta apenas por razões de dificuldades operacionais e financeiras de sua implementação, uma vez que a construção da plataforma necessária para tanto consumiria um montante apreciável de recursos e a crise por que passamos não admite gastos públicos adicionais no curto prazo.



Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da emenda apresentada.

Sala das Sessões,

Senador Ronaldo Caiado
(DEM/GO)



SF/17933.22693-31